

Atenção: Nesta prova, considera-se uso correto da Língua Portuguesa o que está de acordo com a norma padrão escrita.

Leia o texto a seguir para responder as questões sobre seu conteúdo.

A VIDA DA LÍNGUA

Por: Leandro Karnal. Adaptado de:
<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral.a-vida-da-lingua.70001665676> 16 fev 2017.

A língua é um fenômeno vivo. Pertence aos seus usuários e muda constantemente. Esperneiam gramáticos, **exasperam**-se puristas, descabelam-se professores: ela ignora molduras e flui orgânica nas ruas e famílias.

Há um uso regido pela gramática normativa que estabelece regras. Às vezes, elas são divertidas. Por exemplo: existe uma parte da gramática que trata da produção oral das palavras, ou seja, como pronunciar ou onde cairia a sílaba tônica de cada termo. Você tem dúvida, por exemplo, deve-se dizer rubrica ou rúbrica? Esse setor da gramática resolve. O correto seria pronunciar o “e” fechado na palavra obeso ou aberto? **Por que** eu falei que era um setor divertido? **Porque** a parte da gramática que trata das dúvidas sobre sílabas tônicas e outras é ortoepia ou ortoépia, ou seja, admite duas formas de pronúncia. Quem deveria me dizer qual a forma correta admite duas formas.

Existe o campo da linguística, que irritava o solene gramático Napoleão Mendes de Almeida. Ela é ampla e abrange, inclusive, a gramática normativa. Porém, antes de indicar o certo e o errado, analisa a apropriação/construção/ produção de sentidos de comunicação para uma pessoa ou para um grupo. Assim, ir “de a pé” ou ser “de menor” não seriam, do ponto de vista linguístico, erros, mas usos com explicação racional para o **porquê** do desvio da norma culta. Por vezes, é uma tentativa de hipercorreção, como é o caso do emprego de “menas”. Figura ser mais correto concordar o gênero e muita gente lasca um “menas pessoas” porque parece contraditório dizer menos. Em outras ocasiões, nossa resistência lusófona ao excesso de consoantes provoca a introdução de uma vogal onde não caberia na ortoepia ortodoxa. Surgem “adeogados”, trocam-se “pineus” e o monstro verde irritadiço é o incrível “Hulki”. O uso recebe um nome complexo: suarabácti (ou anaptixe), a criação de uma vogal de apoio. A pronúncia “pissicologia” causa-lhe horror, ó meu parnasiano leitor? Como eu afirmei, a língua é viva. [...]

Nós sintetizamos (vossa mercê vira você e daí surge o internético vc), colocamos vogais, adaptamos, decompomos e refazemos. O império de Napoleão (o gramático) dá origem a muitas pequenas repúblicas, vivas, pulsantes e indiferentes às vestais oficiais e oficiosas do tabernáculo das regras. No sentido empregado por Noam Chomski, eu preciso de uma gramaticalidade para minha expressão, e nem sempre é a prevista no código napoleônico.

Língua é história. Em 1912, um navio britânico a caminho dos EUA naufragou de forma trágica. A elite brasileira leu sobre o evento e pronunciou o nome do navio como se fosse francês: Titanic, enfatizando a sílaba final e produzindo o gracioso biquinho da francofonia. Ninguém pronunciou com sonoridade inglesa ou traduziu para Titânico. Mais de um século, ainda falamos como se o navio tivesse zarpado de Marselha e sido confeccionado em um porto gaulês. **Por quê?** A elite brasileira era usuária da língua de Paris.

[...] Criamos muito. Deletar, por exemplo: não é inglês e não é português. Na origem, uma palavra latina que chegou ao francês e ultrapassou o canal da Mancha. É a nossa tradicional antropofagia, analisada pelos Andrades, Oswald e Mário. Pedem-me budget e eu penso na antiga, sólida e útil palavra orçamento. A reunião flui assim: “O senhor será keynote speaker e a escolha é em função do seu know-how sobre o modelo ted para CEOs. [...]”

Não adianta solidificar uma armadura que defenda o português. O ataque não é externo, é opção dos cidadãos de dentro. Podemos insistir que ludopédio seria mais correto, futebol está consagrado e ponto. O chá da academia será acompanhado de cookies e de cupcakes. A língua pode até morrer um dia, mas nós, seus usuários, partiremos antes. Isto assusta ou consola? Good luck!

1. São todas ideias presentes no texto, **EXCETO** uma. Assinale-a.
 - a) Não existem palavras que tenham mais de uma forma de pronúncia, por isso existe uma área chamada ortoepia.
 - b) A ortoepia é uma parte da gramática normativa que orienta sobre a tonicidade das palavras.
 - c) Há casos em que as pessoas falam de forma equivocada algumas palavras por adotarem regras que se aplicam corriqueiramente a outras semelhantes.
 - d) O fato de a língua mudar constantemente em função de seus falantes é motivo de incômodo para alguns.
2. Há apenas uma alternativa correta. Assinale-a. O texto foi escrito principalmente para:
 - a) Instruir sobre a forma adequada de uso da língua portuguesa, orientando-se pela realidade de emprego do idioma.
 - b) Divulgar informações científicas sobre campos da gramática que nem sempre são respeitados pelos falantes.
 - c) Provocar reflexão sobre a presença de vida na língua portuguesa, que evolui em suas convenções e comportamento dos falantes.
 - d) Relatar dados importantes sobre a forma como a língua evolui, comprovando que é um fenômeno vivo.

3. *Nós sintetizamos (vossa mercê vira você e daí surge o internético vc), colocamos vogais, adaptamos, decompomos e refazemos. O império de Napoleão (o gramático) dá origem a muitas pequenas repúblicas, vivas, pulsantes e indiferentes às vestais oficiais e oficiosas do tabernáculo das regras.*

Sobre algumas das palavras acentuadas nesse trecho do texto, são apresentadas justificativas para a presença do acento. Apenas uma está correta. Assinale-a.

- a) “Nós” é acentuada por ser um monossílaboônico terminado em “o”, seguido de “s”.
- b) “Daí” é acentuada por ser uma palavra oxítona terminada em “i”.
- c) Os acentos nas palavras “mercê” e “você” devem-se ao fato de serem, ambas, palavras paroxítonas terminadas em “e”.
- d) A palavra “império” é acentuada por ser uma paroxítona terminada em “o”.

4. Releia o segundo parágrafo:

Há um uso regido pela gramática normativa que estabelece regras. Às vezes, elas são divertidas. Por exemplo: existe uma parte da gramática que trata da produção oral das palavras, ou seja, como pronunciar ou onde cairia a sílaba tônica de cada termo. Você tem dúvida, por exemplo, deve-se dizer rubrica ou rúbrica? Esse setor da gramática resolve.

Sobre os recursos de construção desse parágrafo, analise com atenção as proposições a seguir. Depois, assinale a alternativa que contenha conclusão correta sobre as mesmas.

- I. A forma “há” do verbo haver é impessoal, pois não tem sujeito claro no período em que aparece.
 - II. A crase presente em “às vezes” justifica-se pelo fato de haver a presença de artigo mais preposição, exigida pela regência do verbo, diante de palavra feminina.
 - III. A palavra “rubrica” tem apenas uma forma correta para ser escrita, que é a paroxítona.
 - IV. Em: “você tem dúvida, por exemplo, deve-se dizer rubrica ou rúbrica” o autor utilizou corretamente pela colocação do pronome em próclise, pois a vírgula obriga que essa seja a forma correta de acordo com a norma padrão.
- a) Estão corretas apenas as proposições I e IV.
b) Estão corretas apenas as proposições I, II e III.
c) Estão corretas apenas as proposições II e IV.
d) Estão corretas apenas as proposições I e III.

5. *Nós sintetizamos (vossa mercê vira você e daí surge o internético vc), colocamos vogais, adaptamos, decompomos e refazemos. O império de Napoleão (o gramático) dá origem a muitas pequenas repúblicas, vivas, pulsantes e indiferentes às vestais oficiais e oficiosas do tabernáculo das regras.*

Nas alternativas a seguir encontram-se justificativas para o emprego das vírgulas nesse trecho. Assinale a única correta:

- a) A primeira, a segunda e a terceira vírgulas presentes nesse trecho separam orações coordenadas.
b) “Vivas” é um vocativo, por isso aparece entre vírgulas.
c) Poderia ter sido empregada uma vírgula depois de “você” sem prejuízo à correção.
d) As vírgulas que isolam “vivas” poderiam ser omitidas, pois são apenas um recurso de ênfase, na leitura.
6. Sobre a colocação pronominal, as alternativas a seguir contêm justificativas ou análises sobre a forma como os pronomes foram empregados. Assinale a correta.
- a) Em: “Quem deveria me dizer qual a forma correta admite duas formas” a mesóclise seria a forma correta para empregar o pronome, pois o verbo está no futuro do pretérito.
b) Em: “Pedem-me budget e eu penso na antiga, sólida e útil palavra orçamento” a próclise empregada é a única forma correta.
c) Em: ‘Surgem “adevogados”, trocam-se “pineus” e o monstro verde irritadiço é o incrível “Hulki”.’, a ênclise está correta, mas a próclise também poderia ser empregada sem prejuízo à correção.
d) Em: “Esperneiam gramáticos, exasperam-se puristas, descabelam-se professores” a ênclise empregada, nas duas ocorrências, é obrigatória.

7. Assinale o erro de concordância nominal:

- a) Já era meio-dia e meia quando ela percebeu meio desconfiada a presença de alguém.
b) As responsáveis pelo projeto afirmaram que ficaram muito obrigadas à comunidade.
c) Foram precisas muitas horas de trabalho para concluir o relatório.
d) A porta estava todo aberta quando a secretária, ainda meia confusa, chegou.

8. Assinale as proposições a seguir sobre correspondência oficial. Em seguida, assinale a alternativa que contenha análise correta sobre as mesmas.

- I. A redação oficial diz respeito a atos normativos de poder público que têm por características a impessoalidade e emprego da normal padrão da língua escrita.
II. Está incorreta a construção a seguir: “Vossa Senhoria poderia, por obséquio, adicionar suas considerações para que sejam analisadas e incorporadas ao documento”.
III. Está correta a construção: “Vossas Senhorias só poderão dispor do benefício quando protocolarem vossos documentos”.
IV. Em comunicações oficiais, não se deve empregar o tratamento *digníssimo* (DD), pois a dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo redundante sua aplicação.

- a) Estão corretas apenas a proposição III.
b) Estão corretas apenas as proposições II e III.
c) Estão corretas apenas as proposições I e IV.
d) Estão corretas apenas as proposições I, II e IV.

9. Assinale a única alternativa que corresponde a seguinte definição: “É o padrão de barramento externo ao computador, esta tecnologia tornou mais fácil a tarefa de conectar aparelhos e dispositivos periféricos (como teclados, mouse, modems, câmeras digitais) sem a necessidade de desligar/reiniciar o computador (“Plug and Play”) e com um formato diferenciado, universal, dispensando o uso de um tipo de conector específico para cada dispositivo.”:

- a) Interface SCSI.
b) Interface USB.
c) Interface paralela.
d) Interface serial.

10. Na planilha eletrônica Excel, da Microsoft, pode-se utilizar as teclas de atalho para executarem alguma tarefa. Por exemplo, digitou-se o número 2308 na célula A1 e quer que ele se repita até a linha 15. Para isso, seleciona-se da célula A1 até a A15 e pressiona-se um comando. Com isso, todas as células serão preenchidas com o valor 2308. As teclas de atalho que executam este comando é:

- a) CTRL + R
b) CTRL + D
c) CTRL + ALT + V
d) CTRL + !

11. As redes de comunicação de dados de maior abrangência, que cobre uma região geográfica relativamente extensa, como um país ou até mesmo um continente e que, uma empresa deve contratar um provedor de serviço para utilizar os serviços de rede dessa operadora, são denominadas de:
- a) Wide Area Network.
 - b) Personal Area Network.
 - c) Metropolitan Area Network.
 - d) Local Area Network.
12. O programa que analisa e traduz um código de alto nível, para a linguagem do computador (máquina) e que roda o código-fonte escrito como sendo o código objeto, traduzindo o programa linha a linha, sendo que o programa vai sendo utilizado na medida em que vai sendo traduzido, é denominado de:
- a) Compilador.
 - b) Editor de texto.
 - c) Depurador.
 - d) Interpretador.
13. Uma aplicação financeira de \$ 2.000,00 gerou o montante de \$ 2.600,00 no regime dos juros simples. Sabendo-se que a taxa de juros empregada foi de 36% ao ano, pergunta-se qual foi o prazo da aplicação?
- a) 12 meses.
 - b) 10 meses.
 - c) 9 meses.
 - d) 16 meses.
14. Leia as frases abaixo sobre teoria dos conjuntos e conjuntos numéricos:
- I. No conjunto $A = \{5, 6, 7, 22, 45, 0\}$ temos somente números naturais.
 - II. O número π (3,1415926...) é um número racional.
 - III. No conjunto $\{-3, -5, -7, -9\}$ temos somente números naturais e inteiros.
 - IV. Conjuntos disjuntos são aqueles que não possuem interseção.
- A sequência correta é:
- a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
15. Se em uma turma escolar todos os 70 alunos tiram nota 7,0 em uma prova, o desvio padrão será igual a:
- a) 1
 - b) 7
 - c) Zero
 - d) 10
16. Dada a função $5y=3x+15$ os valores dos coeficientes angular e linear são respectivamente:
- a) 3 e 5.
 - b) 5 e 3.
 - c) $5/3$ e 5.
 - d) $3/5$ e 3.
17. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Segundo a Lei 9.784/99 que regula os processos administrativos no âmbito federal, a qual elenca os critérios a serem observados nestes processos, podemos identificar alguns deles nas assertivas abaixo. Identifique e assinale a alternativa correta:
- I. Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé; adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
 - II. Atendimento a fins de interesse específico, sendo autorizada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências; cobrança de despesas processuais.
 - III. O processo administrativo somente deverá ser provocado pelas partes interessadas, sendo vedada a impulsão de ofício.
 - IV. Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.
- A sequência correta é:
- a) Apenas a assertiva III está correta.
 - b) As assertivas I e III estão corretas.
 - c) Somente as assertivas I e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
18. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Portanto, é vedado aos agentes públicos:
- a) As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que se referem os §§ 5º e 7º do artigo 3º da Lei 8.666/93 serão definidas pelo Poder Executivo federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 65% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.
 - b) Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 do artigo 3º da Lei 8.666/93.
 - c) A licitação será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público apenas a leitura do edital de licitação, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
 - d) Tratamento igualitário nas licitações de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras.

19. São deveres do administrado perante a Administração, durante o processo administrativo, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo, consoante dispõe a Lei 9.784/99:
- Prestar informações nas quais o administrado entender serem relevantes ao processo administrativo, ocultando-as caso não seja necessário.
 - Expor os fatos conforme a verdade; proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; não agir de modo temerário; prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
 - Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
 - Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
20. As obras e os serviços públicos, segundo a Lei 8.666/93, somente poderão ser licitados quando:
- Não há necessidade de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, apenas o cronograma do exercício futuro.
 - Estiver incluso na licitação aberta a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica que deverão obedecer outros trâmites.
 - As licitações não precisam estar estabelecidas entre as metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, apenas nos planejamentos das secretarias de administração públicas.
 - Houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório; existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
21. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
- O Gás Natural constitui-se em uma mistura de hidrocarbonetos leves que, quando submetidos à temperatura ambiente e pressão atmosférica, permanece no estado gasoso. Alguns desses hidrocarbonetos são combustíveis e, quando queimados, liberam energia. São os chamados gases combustíveis. O gás metano (CH₄), constitui-se no principal componente do gás natural. O outro hidrocarboneto mais presente no gás natural é o:*
- Iso-butano (C₄H₁₀).
 - Etano (C₂H₆).
 - Pentano (C₅H₁₂).
 - Butano (C₄H₁₀).
22. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
- O gás natural tem um poder calorífico superior de:*
- 9190 Kcal/m³.
 - 8500 Kcal/m³.
 - 9190 cal/m³.
 - 8500 cal/m³.
23. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
- O gás natural é dividido em duas categorias: gás natural associado e gás natural não-associado. Gás associado, encontra-se dissolvido no óleo ou sob forma de capa de gás no reservatório. Neste caso, a produção de gás é determinada basicamente pela:*
- Profundidade do poço
 - Pressão de gás.
 - Produção de óleo.
 - Composição do poço.
24. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
- A exploração, primeiro elo da indústria de petróleo e gás natural, está dividida basicamente em:*
- Topografia e perfuração.
 - Pesquisa e desenvolvimento.
 - Topologia e topografia.
 - Pesquisa e perfuração.
25. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
- Ao ser produzido, o gás deve passar inicialmente por vasos separadores, que são equipamentos projetados para retirar a água, os hidrocarbonetos, que estiverem em estado líquido, e as partículas sólidas (pó, produtos de corrosão, etc.). Se estiver contaminado por compostos de enxofre, o gás é enviado para unidades de:*
- Fosfatização, onde esses contaminantes são retirados.
 - Galvanização, onde estes compostos são eliminados.
 - Sulfurização, onde estes compostos são avaliados.
 - Dessulfurização, onde esses contaminantes são retirados.
26. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
- Uma das formas de transportar o gás natural é na forma líquida. Neste estado o transporte pode ser feito por navios, barcaças, ou caminhões criogênicos. A pressão para o armazenamento e transporte é significativamente menor da necessária para o transporte à temperatura ambiente, e é próxima da pressão atmosférica. A temperatura à que o gás é transportado nestes casos é em torno de:*
- 200 °C
 - 160 °C
 - 160°F
 - 16 °C

27. Identifique a opção que preenche de forma correta o enunciado abaixo:
Gasodutos são compostos por sistemas de _____, redução de pressão, _____, supervisão e - _____. Visam colocar o gás natural à disposição das Companhias Distribuidoras em pontos de entrega ao longo da linha de transporte, denominados _____.
- Compressão; medição; controle; "City-Gates".
 - Verificação, compressão; medição; "entregas".
 - Compressão; transporte; medição; "deliverys".
 - Transporte, compressão; verificação; consumidores.
28. Identifique a opção que preenche de forma correta o enunciado abaixo:
A tubulação de gás é enterrada a uma profundidade mínima de _____ a partir da sua geratriz superior, sendo totalmente revestida contra corrosão. Além do revestimento especial de _____ nos tubos de aço, um projeto adequado de proteção _____ é implantado, de forma a garantir uma vida útil de aproximadamente _____ anos para o sistema.
- Um metro; polietileno; catódica; cinquenta.
 - Três metros; estireno; contra raios; dez.
 - Um metro; polipropileno; catódica; cem.
 - Dois metros; polipropileno; anódica; trinta.
29. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
Dentre as válvulas de bloqueio manual, aquela que é largamente empregada em redes de distribuição e que apresenta como vantagens apresentarem menor peso e tamanho, melhor vedação, maior facilidade de operação e menor perda de carga; é a válvula de:
- Pressão.
 - Gaveta.
 - Vazão.
 - Esfera.
30. Após a leitura do enunciado apresentado a seguir, identifique a afirmação correta:
As válvulas que são empregadas quando se quer impedir, em determinada linha, qualquer possibilidade de retorno do fluido por inversão do sentido do escoamento e que consiste, basicamente, em um orifício com uma tampa flutuante, que se abre livremente em um sentido, mas bloqueia a passagem no sentido contrário é chamada de válvula de:
- Retenção.
 - Segurança.
 - Inversão.
 - Sentido único.
31. Segundo o art. 146 da Constituição Federal, a lei complementar que regular sobre matéria tributária deverá obedecer os seguintes parâmetros:
- Não há limitação constitucional no poder de tributar e nem para resolver conflitos de competência.
 - Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
 - O poder de tributar é livre sem a necessidade de lei complementar que regule.
 - Definição das taxas e contribuições de melhoria, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, sem a necessidade de informar os respectivos fatos geradores e suas bases de cálculo.
32. As atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, consoante dispõe a Lei 11.909/09 são reguladas da seguinte forma:
- A exploração das atividades decorrentes das autorizações e concessões de que trata esta Lei correrá por conta e risco da administração pública, tendo o empreendedor o dever apenas de prestar o serviço.
 - Incube ao Ente público explorar as atividades relacionadas à indústria do gás natural, na forma prevista da Lei 11.909/09, nas normas técnicas e ambientais aplicáveis e respeitada a legislação específica local sobre os serviços de gás canalizado.
 - Serão reguladas pelos estados nas quais for explorado o gás natural e fiscalizadas pelos municípios de sua localização.
 - Serão reguladas e fiscalizadas pela União, na qualidade de poder concedente, e poderão ser exercidas por empresa ou consórcio de empresas constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.
33. A lei 11.909/09 que regulamenta as atividades da exploração do gás traz em seu artigo 2º definições de termos técnicos. Diante disso, é correto afirmar:
- Carregador: é aquele cuja contratação de capacidade de transporte tenha viabilizado ou contribuído para viabilizar a construção do gasoduto, no todo ou em parte.
 - Capacidade Contratada de Transporte: parcela da capacidade de movimentação do gasoduto de transporte contratada que, temporariamente, não esteja sendo utilizada.
 - Capacidade Ociosa: volume diário de gás natural que o transportador é obrigado a movimentar para o carregador, nos termos do respectivo contrato de transporte.
 - Gasoduto de Transferência: duto destinado à movimentação de gás natural, considerado de interesse específico e exclusivo de seu proprietário, iniciando e terminando em suas próprias instalações de produção, coleta, transferência, estocagem e processamento de gás natural.
34. Dentre os objetivos das políticas nacionais do aproveitamento racional das fontes de energia previstos na Lei 9.478/97 é correto afirmar:
- Identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País.
 - Utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.
 - Ampliar a competitividade do País no mercado nacional.
 - Incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética internacional.
- Somente as assertivas II e III são falsas.
 - Somente as assertivas I e II estão corretas.
 - Somente as assertivas I e IV são verdadeiras.
 - Somente as assertivas I e III são corretas.

35. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consoante reza o art. 37 da Constituição Federal e, dispondo também:
- O prazo de validade do concurso público será de até dois anos de forma improrrogável.
 - A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal poderão ser fixados ou alterados a qualquer momento sem necessidade de autorização legislativa, ou seja, apenas através de comando da direção de recursos humanos.
 - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
 - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
36. Segundo o Novo Código Civil, o negócio jurídico tem como critérios intrínsecos à sua perfectibilidade: agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em lei. Neste norte, podemos afirmar que:
- A impossibilidade inicial do objeto não convalida o negócio jurídico se for absoluta, ou se cessar depois de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa e nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
 - A incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
 - Os negócios jurídicos que causam prejuízos a outrem e a renúncia interpretam-se estritamente.
37. Com relação ao dolo no negócio jurídico, podemos afirmar:
- Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele não tivesse conhecimento do erro; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro não deverá responder por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.
 - O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
 - Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão culposa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
 - São nulos os negócios jurídicos por dolo, quando a sua causa for o próprio dolo ou a culpa.
38. Dos defeitos do negócio jurídico, temos o erro ou a ignorância. Segundo o artigo 139 da Lei 10.406/2002 o erro pode ser substancial quando:
- O erro prejudica de forma exacerbada a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
 - Interessa ao negócio de forma integral, já não tem importância com relação ao objeto da declaração; a declaração de vontade deve estar endereçada a outra parte sem obrigatoriedade da identidade ou qualificação; não é necessária forma prescrita em lei.
 - Interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante; sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
 - Independe da natureza do negócio e de seu objeto; concerne à identidade ou qualificação profissional de quem está pactuando mesmo sem influir de modo relevante; sendo de direito e não contrariando norma posta, for um dos motivos do negócio jurídico.
39. Dos prazos prescricionais dispostos no art. 206 da Lei 10.406/2002, podemos afirmar:
- Prescreve em 01(um) ano a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
 - Prescreve em 03(três) anos a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
 - Prescreve em 03 (três) anos a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador.
 - Prescreve em 03(três) anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
40. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante: confissão, documento, testemunha, presunção e perícia. Diante desta afirmação, assinale a alternativa **FALSA**:
- A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
 - A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.
 - Possui eficácia a confissão se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.
 - Farão a mesma prova que os originais as certidões textuais de qualquer peça judicial, do protocolo das audiências, ou de outro qualquer livro a cargo do escrivão, sendo extraídas por ele, ou sob a sua vigilância, e por ele subscritas, assim como os traslados de autos, quando por outro escrivão consertados.

41. A decisão de mérito poderá ser rescindida em diversas situações elencadas nos incisos do *caput* do artigo 966 do Novo Código de Processo Civil. Neste sentido, é **FALSO** afirmar:

- a) A sentença transitando in julgado, a ação rescisória poderá ser interposta quando for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.
- b) A ação rescisória poderá ser interposta quando a sentença transitada in julgado tiver sido proferida por Juiz suspeito da causa.
- c) Quando a decisão de mérito resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
- d) Rescinde-se a causa quando for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos. Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.

42. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal respectivo. Podemos afirmar:

- a) O prazo do agravo regimental é de 05(cinco) dias a contar da data da publicação da decisão objurgada.
- b) O prazo para contra-arrazoar o agravo interno é de 15(quinze dias) e este será endereçado ao revisor da Câmara específica que julgou o acórdão, sendo desnecessário novo julgamento pelo Órgão colegiado.
- c) O agravo será dirigido ao relator, que intimará o agravado para manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual, não havendo retratação, o relator levá-lo-á a julgamento pelo órgão colegiado, com inclusão em pauta.
- d) Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e dez por cento do valor atualizado da causa, segundo dispõe o §4º do art. 1021 do Novo Código de Processo Civil.

43. Segundo o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso. A respeito da coisa julgada, podemos afirmar:

- a) Antes do trânsito em julgado da decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- b) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, mesmo prejudicando terceiros.
- c) Não fazem coisa julgada: os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença e a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- d) É permitido à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão, desde que se sinta prejudicada.

44. O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. O Conselho é um colegiado representativo de cinco setores, a saber: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil. Dentre os componentes do Plenário, podemos citar alguns:

- a) Integram também o Plenário do CONAMA, na condição de Conselheiros Convidados, mas com direito a voto: um representante do Ministério Público Federal e um representante de cada Ministério Público estadual indicado pelo Conselho Nacional dos Procuradores de Justiça.
- b) Ministro de Estado do Meio Ambiente, que o presidirá; o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, que será o seu Secretário-Executivo; um representante do IBAMA; um representante da Agência Nacional de Águas-ANA.
- c) 23(vinte e três) representantes dos Governos Municipais que possuam órgão ambiental estruturado e Conselho de Meio Ambiente sem caráter deliberativo.
- d) 12 (doze) representantes de entidades de trabalhadores e da sociedade civil indicados por seus presidentes das maiores capitais do país em nível populacional.

45. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, a Constituição Federal prevê em seu capítulo VI as incumbências do Poder Público, dentre elas:

- a) Restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio histórico do País, e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e estudo da história nacional.
- b) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- c) Fiscalizar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida animal e vegetal, e que afetem minimamente a qualidade de vida e o meio ambiente.
- d) Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de decretos do Executivo, sendo permitida a sua utilização em casos específicos que atendam ao interesse público mesmo que comprometam a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

46. Assinale a alternativa **FALSA**:

- a) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40 da Constituição Federal, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- c) Segundo o art. 148 da Constituição Federal, a União, mediante decreto do Executivo, sem a necessidade de aprovação do Congresso Nacional poderá instituir empréstimos compulsórios.
- d) Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III da Constituição Federal e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

47. A Previdência Social no Brasil possui alguns princípios que a regem. Podemos citar alguns deles:

- a) Caráter democrático e centralizado da gestão administrativa, somente com a participação do governo e de trabalhadores filiados a entidades sindicais.
- b) Previdência complementar compulsória, custeada por contribuição adicional; redutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar o sistema previdenciário brasileiro.
- c) Universalidade de participação nos planos previdenciários; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- d) Valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado inferior ao do salário mínimo.

48. A sociedade anônima ou companhia que dependa de autorização do Governo para funcionar, reger-se-á pelo Decreto lei 2.627/1940. Podemos afirmar:

- a) A competência para a autorização do funcionamento dessas empresas é facultativa, podendo ser do Governo Federal, estadual ou municipal.
- b) Quando a lei exigir que todos os acionistas ou certo número deles sejam brasileiros, as ações da companhia ou sociedade anônima revestirão a forma nominativa. Na sede da sociedade ficará arquivada uma cópia autêntica do documento comprobatório da nacionalidade.
- c) O Governo jamais poderá determinar alterações ou aditamentos nos estatutos da sociedade. Somente seus sócios ou fundadores que convocarão os subscritores, afim de que deliberem, em assembleia.
- d) São internacionais as sociedades organizadas na conformidade da lei brasileira e que têm no país a sede de sua administração.

49. Segundo o eminente doutrinador Dr. Hely Lopes Meirelles, podemos definir a teoria do fato do príncipe na administração pública:

- a) O fundamento da teoria do fato do príncipe não justifica a indenização do expropriado por utilidade pública ou interesse social, isto é, a Administração pode causar danos ou prejuízos aos administrados, e a seus contratados, se for em benefício da coletividade.
- b) O fato do príncipe e a teoria da imprevisão jamais causaria revisão do contrato público.
- c) O fato do príncipe e a teoria da imprevisão são fenômenos provocados pelas partes que atingem, entretanto, o contrato, impedindo sua execução, de maneira reflexa.
- d) É toda determinação estatal positiva ou negativa, geral, imprevista e imprevisível, que onera substancialmente a execução do contrato administrativo. Essa oneração, constituindo uma álea econômica extraordinária e extracontratual, desde que intolerável e impeditiva da execução do ajuste, obriga o Poder Público contratante a compensar integralmente os prejuízos suportados pela outra parte, a fim de possibilitar o prosseguimento da execução, e, se esta for impossível, rende ensejo à rescisão do contrato, com as indenizações cabíveis.

50. No Mandado de segurança previsto no inciso LXIX do artigo 5º da Constituição Federal, é **FALSO** afirmar:

- a) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: Qualquer partido político e organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 03(três) anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

PROVA DISCURSIVA

A redação deverá ser respondida sob forma de dissertação e com no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas, sendo atribuída nota zero à mesma, caso não atenda ao limite mínimo de linhas e, sendo desconsiderado o que ultrapassar o limite máximo.

Tema para Redação

Os impostos podem ser classificados em diretos e indiretos. Defina cada classificação citando exemplos.